

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

**COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS,
CONTROLE EXTERNO, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E
INFRAESTRUTURA**

Projeto de Lei nº 146/2025

Autoria: EXECUTIVO MUNICIPAL

Assunto: “Dispõe sobre a criação do Programa Mais Leite no âmbito do município de Rolim de Moura/RO e dá outras providências”.

**PARECER
VOTO DO RELATOR
RELATÓRIO**

1 – Relatório

A presente análise deste relator se debruça sobre a constitucionalidade orçamentária do Projeto de Lei nº 146/2025, dispõe sobre a criação do Programa Mais Leite no âmbito do município de Rolim de Moura/RO e dá outras providências.

Tal proposição legislativa visa instituir o "Programa Mais Leite" no âmbito municipal, matéria de inegável relevância socioeconômica, mormente para o fortalecimento do setor produtivo de leite e a geração de renda para as famílias envolvidas, o que justifica seu caráter de interesse público.

O referido Projeto de Lei nº 146/2025, conforme o resumo dos documentos fornecidos, tem por objetivo central o fomento à bacia leiteira local, com metas de aumento de produtividade e qualidade, incentivo a boas práticas agropecuárias, disponibilização de assistência técnica, capacitação, modernização e acesso a tecnologias.



**ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**

A proposição estabelece que a execução do programa ficará a cargo da Secretaria Municipal de Agricultura, com possibilidade de colaboração de outras entidades.

As atribuições da Secretaria incluem a identificação e cadastro de produtores, coordenação do acesso a insumos e equipamentos, oferta de capacitação e assistência técnica, e o acompanhamento de indicadores de desempenho. Prevê-se, ainda, a possibilidade de contrapartidas por parte dos beneficiários.

No que concerne à alocação de recursos, o Projeto de Lei informa que a implementação do programa será financiada por dotações orçamentárias próprias do município, podendo ser suplementadas, além de outras fontes como convênios e doações.

Os procedimentos e normas de execução serão detalhados em Instrução Normativa a ser expedida pela Secretaria Municipal de Agricultura. Destaca-se que o projeto foi encaminhado em regime de urgência, visando viabilizar a captação de emendas parlamentares e outros recursos financeiros.

É o relatório.

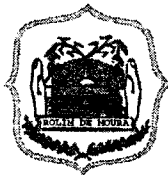
2-FUNDAMENTAÇÃO.

A análise meritória do Projeto de Lei nº 146/2025, em sua redação e justificativa, observa-se que a propositura não padece de vícios, revelando sua constitucionalidade.

A Carta Magna, em seu artigo 165, § 8º, atribui ao Poder Legislativo a capacidade de deliberar sobre temas orçamentários, incluindo a autorização para a abertura de créditos adicionais, vejamos;

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 8º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

Como também confere na Carta Magna no Artigo 30 aos Municípios autonomia para legislar sobre assuntos de interesse local, prerrogativa que abrange a esfera orçamentária e financeira. A capacidade de planejar, executar e controlar o próprio orçamento é essencial para que o Município promova o desenvolvimento social e econômico de sua comunidade.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

Nesse prisma, a iniciativa legislativa de instituir o "Programa Mais Leite", consubstanciada no Projeto de Lei nº 146/2025, revela-se intrinsecamente alinhada à competência constitucional atribuída aos entes municipais.

A promoção do setor produtivo de leite, o estímulo à economia local e a consequente melhoria das condições sociais das famílias envolvidas na atividade agropecuária configuram, de forma inequívoca, assuntos de interesse local, passíveis de regulamentação pelo Município de Rolim de Moura-RO.

O Projeto de Lei nº 146/2025, ao delinear a criação do "Programa Mais Leite", demonstra uma notável aderência às diretrizes de planejamento e gestão do desenvolvimento econômico e social municipal.

A política agrícola, em sua concepção constitucional, conforme o Art. 187 da Constituição Federal de 1988, é delineada como um sistema planejado e executado com a participação de todos os segmentos envolvidos, abrangendo a produção, o processamento e a comercialização.

O referido dispositivo estabelece diretrizes cruciais, incluindo o emprego de instrumentos creditícios e fiscais, a garantia de preços que reflitam os custos de produção e comercialização, o fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, a prestação de assistência técnica e extensão rural, a oferta de seguro agrícola, o incentivo ao cooperativismo, a provisão de infraestrutura para



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

eletrificação e irrigação rural, além da garantia de habitação adequada ao trabalhador rural.

É importante ressaltar que o § 1º do Art. 187 da Carta Magna estende o escopo do planejamento agrícola às atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais, ao passo que o § 2º determina a necessária compatibilização das ações de política agrícola com as de reforma agrária, assegurando uma abordagem integrada.

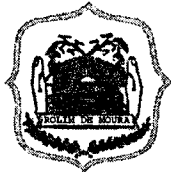
Nesse contexto, a operacionalização do "Programa Mais Leite" deve ser conduzida de forma a reforçar a segurança jurídica, assegurando que as normativas e os procedimentos a serem adotados sejam claros, previsíveis e aplicados de maneira isonômica a todos os beneficiários.

A redação do Projeto de Lei em apreço e as futuras Instruções Normativas a serem expedidas pela Secretaria Municipal de Agricultura deverão, pois, refletir estes princípios, garantindo aos produtores rurais a possibilidade de planejamento e execução de suas atividades com a certeza de que estas serão pautadas por normas justas e razoáveis, em plena consonância com o arcabouço legal que tutela a liberdade econômica.

Feito as devidas observações do presente parecer segue-se para a conclusão.

3-CONCLUSÃO.

Em face do exposto, **este Relator da COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, CONTROLE EXTERNO, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E INFRAESTRUTURA** manifesta parecer **FAVORÁVEL À APROVAÇÃO** face à constitucionalidade do artigo 30 da CF/88 e à legalidade da Lei nº 4.320/64, no que tange ao **Projeto de Lei nº 146/2025**, dispõe sobre a criação do "**Programa Mais Leite**" no âmbito do município de Rolim de Moura-Ro por entender a fundamental relevância socioeconômica, como também no fortalecimento do setor produtivo de leite e mais geração de renda para as famílias envolvidas nesta atividade.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

Este é o Voto/Parecer S.M.J.

Sala das Comissões, 03 novembro de 2025.

EDERSON ANDRADE DE ALBUQUERQUE
Relator

De Acordo


JANETE LINS


MARCO ANTONIO